

# **INTERVENÇÕES**

## **Os impactos das reformas da Administração Pública na profissão docente**



**Ana Rita Carvalhais, Membro do Secretariado Nacional da FENPROF**

Os últimos tempos têm sido tempos difíceis para a profissão docente e para todos os trabalhadores da Administração Pública, mas tempos também de exaltante afirmação da força, unidade, determinação e combatividade dos professores e educadores portugueses. Tempos de luta que ficarão como um marco na história do sindicalismo docente e dos trabalhadores da Administração Pública. É essa luta que daqui saudamos, pela confiança que nos dá no êxito dos combates do futuro.

Os trabalhadores da Administração Pública e, dentro dela os professores e educadores, foram confrontados nestes últimos três anos com uma ofensiva sem paralelo contra os seus direitos, as condições de trabalho e a própria dignidade e natureza da função pública e da profissão docente.

A reforma neoliberal da Administração Pública tem vindo a concretizar-se suportada por uma insidiosa campanha ideológica de intoxicação da opinião pública visando desacreditar a justeza do nosso combate, os trabalhadores da Administração Pública e as suas organizações, mas também os serviços públicos e o papel da funções sociais do Estado na garantia dos direitos das populações, nomeadamente à educação e ao ensino.

Os impactos dessa reforma na vida e no trabalho dos professores são hoje muito visíveis.

Nos muitos milhares de professores que decidiram aposentar-se mesmo que com elevadas reduções no valor da sua pensão; nos muitos milhares que se queixam por dificilmente conseguirem chegar ao fim da semana de trabalho nas condições desejáveis a um bom desempenho profissional dada a sobrecarga de trabalho resultante, nomeadamente da subversão do conceito de componente lectiva e não lectiva; nos muitos milhares de professores e educadores que se mantêm na profissão apesar de profundamente ofendidos na sua dignidade profissional; na crescente precariedade dos milhares de docentes que continuam a contrato anos a fio porque, de facto, fazem falta ao sistema educativo; nas muitas perversidades e injustiças resultantes da aplicação do modelo de avaliação de desempenho e dos efeitos das menções de “muito bom” e “excelente”, menções que são sujeitas a quota; no congelamento dos salários; na perda de direitos tão duramente conquistados ao longo de muitos anos de luta.

São ilustrações claras e objectivas do profundo mal-estar e descontentamento que grassa na profissão docente e dos impactos negativos nos professores da reforma neoliberal da Administração Pública.

De facto, as políticas extremamente gravosas iniciadas nos governos do PSD com o CDS, assumiram com os governos do PS de José Sócrates uma dimensão fortemente penalizadora dos professores e educadores e de todos os outros trabalhadores da Administração Pública.

As medidas impostas a toda a Administração Pública de desvalorização profissional, salarial e de carreira, de alteração da natureza do vínculo de emprego público, do fim dos quadros, da generalização da precariedade, da alteração das condições de aposentação plasmadas no PRACE (Programa de Reestruturação da Administração central do Estado); no SIADAP (Sistema Integrado da Avaliação de Desempenho na Administração Pública); na Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações; no Contrato de Trabalho em Funções Públicas só não tiveram a aplicação na íntegra como o governo pretendia – e pretende – porque a luta de todos os trabalhadores, designadamente a extraordinária, corajosa e ampla luta dos professores e educadores, obrigou o governo a recuar e a sustentar a sua brutal ofensiva.

Uma ofensiva que assume agora novos contornos com o Programa de Estabilidade e Crescimento 2010/2013 que, se não for contido, atinge particularmente os trabalhadores da Administração Pública, com novos anos de congelamento dos salários, novas alterações às condições de aposentação, aumento dos impostos para todos os escalões do IRS, bem como a continuação da política de destruição do emprego no sector público que inevitavelmente se traduzirá numa mais acentuada degradação desses serviços favorecendo a sua privatização.

Temos muitos combates a travar, porque como sempre dissemos, é tremendo o ataque contra a Administração Pública e os serviços públicos. Um ataque que põe em causa a natureza estruturante do papel e da intervenção da Administração Pública ao serviço do desenvolvimento do país, nos termos consagrados na CRP.

Em tempo de comemorar Abril, é necessário reafirmar os ideais de Abril e de continuar a luta contra os que pretendem uma regressão nos direitos e conquistas que só com Abril foram possíveis.

É tempo de continuar a luta em Maio para, em unidade com todos os trabalhadores, obrigar à alteração das políticas no sentido da valorização do trabalho e do direito a carreiras dignas.

O nosso compromisso passa por afirmar que, por muitas que sejam as dificuldades, não desistimos e juntos, na Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, prosseguiremos a luta por uma Administração Pública de qualidade e eficaz ao serviço das populações, pela valorização da profissão docente e por uma Escola Pública

que queremos democrática, de qualidade, universal e gratuita que efectivamente garanta a igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso escolar das crianças e jovens portuguesas.

VIVAM OS TRABALHADORES DA AD.P. E A SUA LUTA!  
VIVAM OS PROFESSORES E EDUCADORES PORTUGUESES!  
VIVA A FENPROF!

Montemor-o-Novo  
23 e 24 de Abril 2010